

Líder de hoje era algoz ontem

Durante a campanha eleitoral do primeiro turno da eleição, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, fez inúmeras promessas nos seus comícios. Os inimigos garantem que ele não será capaz de cumprir a metade. Mas com a responsabilidade de cumpri-las. O candidato do PDT, Leonel Brizola, já cansou de dizer que Collor não tem competência para executar as promessas, pois é "um filho da ditadura". Mas o líder das pesquisas e o campeão de votos no primeiro turno não se abala com os ataques e garante um "Brasil novo" assim que tomar posse. Aliás, Collor não tem muita preocupação com os ataques, pois o líder do PRN hoje, o deputado Renan Calheiros, já chegou a acusar Collor de "príncipe da corrupção" quando ele era prefeito de maceió. Mas tudo é coisa do passado, pois Calheiros hoje é um grande defensor do antigo inimigo. Coisas da política.

Eis o resumo de algumas promessas feitas pelo candidato Fernando Collor de Mello em entrevistas e comícios:

Mordomias — No dia 16 de março de 1990, a Península dos Ministros vai mudar de nome. No meu Governo, ministro vai ter que pagar sua própria casa com o salário que vai receber. Vou vender as mansões do governo em Brasília e os carros oficiais dos ministros. Quero assumir com um decreto pronto para mandar a leilão todas as mansões do Lago Sul ocupadas por ministros e altos dirigentes de empresas estatais.

Sistema de Governo — Farei a transição do presidencialismo para o parlamentarismo, se essa for a vontade do povo manifestada nas urnas. Vou trabalhar junto aos congressistas para implantar o parlamentarismo no plebiscito de 7 de setembro de 1993.

Hiperinflação — Em um ano e meio, a inflação será de 3 por cento ao mês. O futuro Presidente vai assumir com uma inflação superior a 2 mil por cento e só terá condições de executar com êxito um programa de recuperação econômica, se conseguir a confiança e simpatia da população. Eu não quero ser visto como dono de fórmulas mágicas. O fim dos subsídios e das empresas cartoriais e o chamamento da iniciativa privada para participar de setores vitais ajudará a resolver o problema. Tenho repetido que não sou adepto do congelamento de preços e que não creio em desenvolvimento sem a contrapartida do pagamento de salários condignos aos trabalhadores.

Greves — Vou propor uma trégua de seis meses porque sei que em um ano e meio terei levado a inflação a índices de três por cento ao mês. Quero implantar um modelo econômico que impeça, por suas greves. Um modelo com melhores salários e condições de trabalho. Não creio que os professo-

res de primeiro e segundo graus e os de nível universitário, que estiverem ou que ainda estão em greve, gostem desta situação. A greve é o retrato da sociedade. Se a eclosão delas é maior, há um indicador claro de que o modelo econômico escolhido pelas elites dirigentes não é bom.

Funcionalismo — Do nosso deficit público, 87 por cento do seu total repousa nas nossas dívidas externa e interna. Não quero que confundam a minha posição contra os marajás com a de perseguidor de funcionários, de forma indiscriminada. Chegando ao Governo, eu quero avaliar o tamanho do quadro do funcionalismo. Sei que há excesso, em alguns setores, e falta em outros. Além das mansões, ministeriais tenho planos para acabar, também, com outros tipos de mordomias, que vão do excessivo número de secretárias, dezenas de carros oficiais e franquias de selos a ligações telefônicas.

Social — Educação, saúde e habitação são atribuições básicas do Estado. É importante que o tudo pelo social não seja apenas um slogan vazio. Não quero que o contribuinte, ao chegar a um posto de saúde não possa receber um curativo por falta de mercúrio ou que muitas escolas deixem de funcionar por falta de giz. O currículo do ensino de primeiro grau tem de ser adequado às peculiaridades regionais. Em regiões onde toda uma família participa de determinadas colheitas sazonais, as aulas têm de obedecer a um calendário próprio.

Dívida Externa — O sistema é simples. O Governo retira o aval dos empréstimos internacionais, e cada Estado e cada empresa brasileira que se virem para conseguir dinheiro lá fora e pagá-lo. Acho que a renegociação tem de ser ampla, caso a caso, para que possamos retirar licitamente melhor proveito. A redução da dívida terá de ser amparada em uma política de juros fixos para atendermos ao nosso fluxo de caixa. A fórmula ideal para nós seria um prazo de 40 anos, com 20 de carência, e juros de 4 por cento ao ano.

Congresso — O presidente que vier a ser eleito, pela primeira vez por maioria absoluta, terá naturalmente, pela autoridade que as urnas vão lhe conferir, o apoio de todos os segmentos responsáveis da sociedade, nele incluído o Congresso Nacional.

Multinacionais — Vejo com bons olhos a vinda de empresas japonesas ao País. Posso abrir o mercado de automóveis para elas.

Militares — Eles terão os soldos melhorados. Os generais ganham pouco.

Prioridades — A preocupação imediata do futuro Presidente terá de ser com os investimentos que se fazem necessários na área de energia. Precisamos investir cerca de 30 bilhões de dólares na expansão do sistema energético para que o nosso parque industrial não entre em colapso em 1991.